



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ Instituições, História e Patrimônio Cultural

Arquitetura, lugar e espaço: o Colégio Estadual da Prata e a cidade de Campina Grande (1948-1962)

Architecture, place, and space: Colégio Estadual da Prata and the city of Campina Grande (1948-1962)

Arquitectura, lugar y espacio: Colégio Estadual da Prata y la ciudad de Campina Grande (1948-1962)

Vívía de Melo Silva

RESUMO

O presente texto tem por objetivo discutir a relação do Colégio Estadual da Prata com a cidade de Campina Grande-PB, destacando aspectos relacionados à arquitetura, ao espaço e ao lugar. Trabalhamos com estudo bibliográfico, levantamento de dados e análise documental. Observamos que a fundação do Colégio Estadual da Prata esteve diretamente articulada ao momento de importante desenvolvimento urbano, social e cultural da cidade de Campina Grande.

Palavras-chave: Colégio Estadual da Prata; Instituição escolar; Campina Grande.

ABSTRACT

This text aims to discuss the relationship of the Prata State School with the city of Campina Grande-PB, highlighting aspects related to architecture, space, and place. We worked with bibliographical study, data survey and documental analysis. We observed that the foundation of the Prata State School was directly articulated to a moment of important urban, social, and cultural development in the city of Campina Grande.

Keywords: Prata State School; School institution; Campina Grande.

RESUMEN

El presente texto tiene como objetivo discutir la relación de la Escuela Estatal de Prata con la ciudad de Campina Grande-PB, destacando aspectos relacionados con la arquitectura, el espacio y el lugar. Trabajamos con estudio bibliográfico, levantamiento de datos y análisis documental. Observamos que la fundación de la Escuela Estatal de Prata se articuló directamente a un momento de importante desarrollo urbano, social y cultural de la ciudad de Campina Grande.

Palabras clave: Escuela Estatal de Prata; Institución escolar; Campina Grande.

Introdução

O presente texto, decorrente de uma pesquisa de doutoramento concluída, que se inscreve no vasto campo dos estudos sobre instituições educativas, mais especificamente, acerca das pesquisas que enfatizam a relação entre instituições escolares e cidades, a partir de uma perspectiva histórica e do patrimônio histórico-educativo. Neste sentido, é objetivo deste estudo discutir a relação do colégio Estadual da Prata com a cidade de Campina Grande-PB, destacando aspectos relacionados à arquitetura, ao espaço e ao lugar (VIÑAO FRAGO *apud* VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998).

O recorte temporal do estudo se justifica pelo seguinte: o ano de 1948, por ser o momento que foi proposto oficialmente a construção do colégio, e 1962, por se referir ao ano em que o estabelecimento de ensino passou pelo seu processo de expansão para outros bairros da cidade de Campina Grande, mediante as chamadas sucursais.

O Colégio Estadual da Prata, anteriormente denominado Colégio Estadual de Campina Grande, é um marco na história da educação secundária no estado da Paraíba, tendo em vista que: é uma relevante instituição de ensino secundário público da Paraíba, inaugurada no ano de 1953, sendo o primeiro colégio público de ensino secundário da cidade de Campina Grande e segundo do estado – o primeiro foi o Lyceu Parahybano ainda fundado no período imperial; é um importante patrimônio histórico-educativo e cultural ainda presente na sociedade paraibana; é uma instituição de ensino secundário que viabilizou aos jovens campinenses e de cidades circunvizinhas dar continuidade aos estudos em instituição pública, em espaço amplo e de considerada qualidade, sem a necessidade de se deslocar à capital João Pessoa ou outro estado.

Em termos teórico-metodológicos, partimos de estudo bibliográfico, levantamento de dados e análise documental, mediante jornais, planta baixa do prédio do colégio e outros. Vale destacar que o estudo tomou por base a seguinte orientação quanto ao conceito de instituição educativa:

[...] são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações

entre os homens como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2007, p. 5).

Complementando nosso respaldo teórico, a categoria cultura escolar a partir do olhar elaborado por Viñao Frago e Agustín Escolano (1998), cuja discussão não deixa de fora a organização do espaço escolar, foi fundamental. Para os autores, “a arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 26). Estes elementos nos auxiliaram a perceber a arquitetura do colégio como instituidora de um determinado modelo de professor, aluno, funcionário, na medida em que indicava comportamentos e práticas desejáveis de formação.

Em termos de estruturação deste texto, além desta introdução, o artigo integra mais três tópicos. O primeiro, no qual enfatizamos breve história da cidade de Campina Grande e a relação com a edificação do colégio na cidade, especialmente no bairro da Prata. Em seguida, focalizamos a arquitetura do prédio do Colégio Estadual da Prata e os sentidos e significados que o envolveu, além de pensar o colégio enquanto lugar construído cultural e socialmente e como patrimônio histórico-educativo. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

A cidade de Campina Grande e o bairro da Prata, local de edificação do Colégio

“Assim como várias cidades médias no interior do Nordeste, Campina Grande foi objeto de estudos e de muitos outros trabalhos no campo da historiografia, estudos e pesquisas acadêmicas” (CARDOSO, 2002, p. 41). Existe sobre essa cidade um arsenal de produções acadêmicas, memorialistas, poéticas que têm procurado esmiuçá-la a partir dos ângulos sociais, econômicos, culturais, educacionais, dentre tantos outros. Dos vários olhares elaborados acerca de Campina Grande, uma versão tem sido predominantemente acentuada na história da cidade, independentemente do

ângulo referencial, a saber: a representação da “Rainha da Borborema”¹ como símbolo de modernidade e de progresso. Teria essa cidade motivos para receber essa representação? Nas matérias dos veículos de informação, nos poemas, nos cordéis e em algumas produções acadêmicas é fortemente evidenciada essa percepção, principalmente no período que vai do advento da República até os fins da década de 1950.

Ante o exposto, não é nosso interesse neste texto confirmar ou refutar essa representação da referida cidade paraibana, pois já tem sido depositados esforços nesta direção. Importa-nos trazer à tona alguns estudos já elaborados sobre Campina Grande, buscando fazê-los conhecer historicamente em uma relação com o Colégio Estadual da Prata.

Campina Grande se situa no agreste paraibano e desde os primeiros momentos do aldeamento, surgido no final do século XVII, desempenha um papel estratégico na ligação do litoral ao sertão, caracterizando-se por uma intensa mobilidade da população e pelo desenvolvimento da atividade comercial, elemento fundamental não apenas para configuração do perfil do nascente povoado, como também para sua elevação à condição de vila e cidade, cuja emancipação municipal ocorreu em 11 de outubro de 1864. A lei provincial que assegurou essa transformação foi a de nº 127, assinada pelo presidente Sinval Odorico de Moura.

Ainda no período monárquico, Campina Grande já era tida como um dos principais núcleos urbanos do interior paraibano:

Campina, na primeira metade do século XIX, já se destacava como um dos principais núcleos urbanos do interior. Centro comercial, cujas feiras de gado e cereais atraíam tropeiros das áreas limítrofes, foi impulsionado pelo incremento da produção algodoeira (GURJÃO, 1994, p. 23-24).

Corroborando com o dito crescimento desta cidade, em 1907 foi implantado o ramal da *Great Western of Brazil Railway Company* Ltda. Com essa implantação,

[...] a cidade começou a crescer e seu comércio ressurgiu, vencendo imediatamente Guarabira e Areia, Alagoa Grande e Itabaiana. Ponto terminal de trens, para ela foram convergindo todos os tropeiros e boiadeiros do interior. Era a consolidação dos seus elementos mais tradicionais. O mercado interno tomou certo aspecto de estabilidade, mesmo sem ter

¹ “Rainha da Borborema” porque Campina Grande está situada no Planalto da Borborema.

independência econômica, que lhe indicou os rumos a tomar para a concretização de um grande centro de atividades mercantis que viria a ser dentro em breve.

Surgem na cidade colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma; carroças de bois para transporte urbano de mercadorias, etc. (CÂMARA, 1998, p. 68).

É ressaltado que a construção da ferrovia veio modificar a aparência da cidade de Campina Grande, pois “sem eliminar o tradicional burro, o trem trouxe maior velocidade no escoamento das mercadorias e facilidade na locomoção das pessoas” (GONÇALVES, 1999, p. 35). Ademais, modificou a rotina da população, já que a estação ferroviária se transformou em local de encontro e distração (NASCIMENTO, 1997).

É evidenciado nos estudos sobre Campina Grande que após essa implantação, intensificaram-se as acomodações de lojas, fábricas, indústrias e diversas outras instalações necessárias a uma cidade em suposto desenvolvimento. Algumas dessas instalações foram: em 1918, chegada do automóvel em Campina Grande; 1920, instalação da luz elétrica; 1923, fundação da Loja Maçônica “Regeneração Campinense” e inauguração da Agência do Banco do Brasil; 1924, inauguração do primeiro grupo escolar de Campina; 1925, implantação do novo mercado e inauguração da primeira fábrica de sabão; em 1926, iniciada a construção do hospital Pedro I e fundada a Associação Comercial; em 1928, a instalação das primeiras fábricas têxteis (CÂMARA, 1998). Ademais, na primeira metade do século XX, passou a ser a segunda cidade exportadora de algodão do mundo, destacando-se como a “Liverpool Brasileira”. De acordo com Sousa (*apud* SOUSA; SOUZA, 2007), a instalação desses equipamentos urbanos e instituições foram dando um caráter moderno à Campina Grande.

Durante a década de 1940, do ponto de vista urbano, a cidade de Campina Grande continuou avançando, influenciada pelo crescimento econômico, sobretudo, devido à forte produção de algodão. Em consequência disso, a cidade passou a ser cada vez mais procurada para se tornar local de morada de muitos sertanejos, por isso, obteve um grande percentual populacional.

Ainda nos anos de 1940, Campina Grande passou por um radical processo de urbanização, idealizado principalmente pelo prefeito da época Vergniaud Borborema Wanderley, campinense de família abastada e formado em direito pela Faculdade do Recife. Este processo de urbanização objetivou promover uma reorganização urbanística na cidade, mediante um “plano material” a partir do qual se desapropriou, demoliu, comprou, edificou prédios na cidade e se abriu novas ruas. Algumas das modificações realizadas na administração deste prefeito são descritas abaixo:

No seu "plano material" para a cidade estava previsto, embora não o confessasse, o fim do Largo da Matriz, e aproveitou também para acabar com o Largo do Rosário, cerca de trezentos metros dali no sentido oeste. Indenizou e mandou derrubar casas que obstruíam a passagem em direção ao oeste e fez a mesma coisa com a Rua Venâncio Neiva, que descia em direção ao sul, alinhando-a com a Vidal de Negreiros, abrindo assim duas novas perspectivas para os moradores do lugar: a primeira, que levava do Largo da Matriz até o lado da Praça da Luz (Clementino Procópio) e ao Largo do Rosário; e a segunda, que facilitava o deslocamento da área central em busca das ruas que se tornaram por este tempo lugares preferidos pelas elites: Vidal de Negreiros, Floresta, Afonso Campos, Irineu Joffily, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade, João da Mata, e a nova e ajardinada Praça Coronel Antônio Pessoa (SOUSA, 2003, p. 74).

De acordo com Cavalcanti (*apud* GURJÃO *et al.*, 2000), essas mudanças na arquitetura da cidade de Campina Grande vieram acompanhadas por um processo violento, arbitrário e ditatorial em nome do moderno. A intenção era adequar a cidade aos padrões estéticos típicos de grandes centros como já eram São Paulo, Rio de Janeiro e outros, como também, minimizar a convivência de conjuntos arquitetônicos opostos.

Tratando dessa ação de Vergniaud em Campina Grande, Cabral Filho (2007) vai mais além, destacando que o prefeito, na verdade, procurou copiar o modelo de matriz europeia de urbanização para remodelar e realizar as mudanças na cidade, levando à frente um planejamento técnico.

Diante desse desenho de Campina Grande se modernizando, principalmente no âmbito arquitetônico, entretanto, eram silenciadas outras imagens da cidade entre os anos aqui discutidos, como enfaticamente ressalta o fragmento a seguir:

[...] silêncios eram produzidos para outras possibilidades de expressão ou de desenho da cidade e da vida urbana. Interessava a estas vozes, que buscavam se fazer hegemônicas, a existência de um sem-número de sujeitos calados, obedientes, produtivos no seu alheamento, na sua

colocação à margem dos eventos realmente eficientes. A estratégia maior era fazer com que este desejo de identificação com a modernidade passasse por ser o desejo de toda a cidade, como se fosse possível canalizar numa única conformação da paisagem a energia dos desejos (AGRA DO Ó, 2006, p. 19).

Em conformidade com Cabral Filho (2007), essas imagens silenciadas eram problemas de saneamento básico, principalmente abastecimento de água, de oferta de melhoramentos nas áreas de saúde e educação, mediante respectivamente aumento no atendimento aos serviços de saúde e ampliação de escolas públicas, com necessidade de diminuição das taxas de analfabetismo na cidade.

Nos anos de 1950, o desenvolvimento econômico não era somente suficiente para referendar o velho desenho de cidade moderna e progressista, principalmente porque “a luz de Campina quase se apaga [...], pois experienciou crises econômicas e comerciais” no final desta década (CAVALCANTI *apud* GURJÃO *et al.*, 2000, p. 75). Assim sendo, outros elementos deveriam se juntar para redesenhar a imagem de Campina Grande como civilizada e moderna. Nesse sentido, grandes investimentos foram feitos no âmbito cultural e educacional, quais sejam: criação da Escola Politécnica (1952); da Escola Técnica de Comércio de Campina Grande; Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1952); do Colégio Estadual de Campina Grande ² (1953); da Faculdade de Ciências Econômicas; da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande; da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, também mantida por religiosos.

É nesse contexto da cidade que o Colégio Estadual da Prata é edificado e inaugurado. No que tange a sua localização no âmbito de Campina Grande, o prédio é erguido no bairro denominado Prata (Imagem 1), localizada na zona oeste de Campina Grande-PB e cuja criação foi na década de 1950 quando a cidade passou pelo processo de expansão do seu espaço urbano.

² O próprio Colégio Estadual da Prata. O termo Colégio Estadual de Campina Grande foi o primeiro nome da instituição.

superior as reivindicações apresentadas durante o I Congresso dos Professores Secundários, que ocorreu nas dependências do Colégio Estadual da Prata, reunindo professores de todo o Nordeste.

Arquitetura e espaço escolar do Colégio Estadual da Prata

Considerando a estrutura física de um lugar como espaço que educa e civiliza, perguntemos: Qual valor simbólico apresenta um prédio escolar? O espaço físico de um colégio pode influenciar no processo educacional dos atores envolvidos nesse processo? Que sentido apresenta a edificação do Colégio Estadual da Prata nos anos estudados?

Essas perguntas nos levam à seguinte discussão. Primeiramente, pensar a edificação de um prédio escolar, sua arquitetura, como uma forma de comunicação simbólica (BOURDIEU, 2010). Em uma localidade é muito fácil identificar um estabelecimento escolar pela sua forma arquitetônica, mesmo em diferentes épocas quando surgem prédios próprios para esse fim. Isso significa que “a função codificou a forma, gerando signos arquitetônicos” para esse tipo de edificação (SALES, 2000, p.44).

Corroborando essa compreensão, Correia (*apud* BENCOSTTA, 2005), tratando do Colégio Estadual do Paraná do ano de 1943 ao ano 1953, afirma que a arquitetura escolar tem sido entendida como símbolo de diferentes épocas e reveladora de programas de um período político, como foram os principais edifícios escolares no início da República em diferentes estados brasileiros, monumentais e imponentes, enaltecendo o novo regime político. Ademais, a arquitetura dos prédios escolares se tornou parte integrante do novo ordenamento urbano deste período. Os prédios “planejados para que se destacassem em meio aos demais prédios, provocando a admiração daqueles que os observassem” (REIS, 2006, p. 77) instituíram uma nova cultura escolar, a da monumentalidade dos prédios escolares, com uma estruturação específica do espaço, adaptado às funções peculiares do ensino, bem como se tornaram emblemáticos no âmbito da discussão acerca do patrimônio histórico-educativo.

Para Sales (2000, p. 45), a arquitetura de alguns prédios escolares buscava “transmitir esmero, higiene e moralidade”, no sentido de despertar o

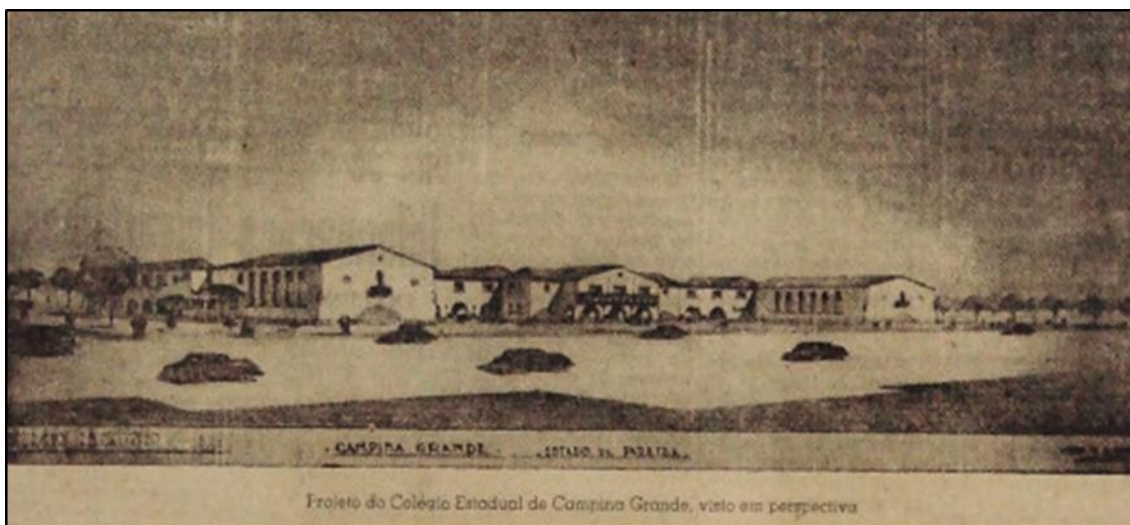
desejo da população para fazer parte destas instituições de ensino, ou, principalmente estabelecer-lhes um valor e marcar uma memória.

Bencostta (2005), por sua vez, ao tratar da arquitetura escolar propõe uma discussão dessa arquitetura como meio para se pensar as práticas escolarizadas, mediante a estruturação do espaço escolar.

É relevante destacar que o espaço físico do colégio foi se configurando, com base em Escolano (1998), em lugar que educa e estabelece modelos de professores, alunos, funcionários, já que os diferentes espaços do prédio escolar corroboraram com a instituição de comportamentos e práticas desejáveis de formação. Ademais, a edificação do colégio modificou o cotidiano do bairro da Prata, promovendo encontros e circulação contínua de pessoas.

Na história da arquitetura escolar brasileira, até os anos de 1950, para se edificar importantes prédios escolares em centros urbanos, comumente se elaborava o projeto previamente, por um lado, para desenvolver um planejamento financeiro e, por outro, para atender minimamente aos preceitos norteadores de edificações da época. No caso do Colégio Estadual da Prata, não foi diferente. Ao implantar um colégio de grande dimensão em uma cidade de ares modernos, como era Campina Grande, o governo lançou mão dessa iniciativa, estreando o projeto arquitetônico no ano de 1948, tendo como autoria o arquiteto Hugo de Azevedo Marques, sendo a construção de responsabilidade da firma “Figueira & Juca”, que tinha sede na capital pernambucana, Recife. Desde essa ação se pode estabelecer o valor simbólico que obteve essa edificação. Vejamos a imagem em panorama do projeto externo da edificação escolar, apresentada no Jornal A União, em 1948.

Imagem 2 – Projeto em perspectiva do Colégio Estadual da Prata



Fonte: Jornal A União, 4 de dezembro de 1948.

É possível perceber, mediante a imagem, que se tratava de um amplo prédio, cujo terreno compreendeu “uma quadra com área de 19.397 metros quadrados” (JORNAL A UNIÃO, 1948, p. 3), sendo esse um dos motivos para o popular nome “Gigantão da Prata” que o colégio recebia. Esse terreno onde foi edificado o colégio pertencia a Raimundo Viana de Macedo, grande proprietário na cidade e político no estado, e foi comprado pelo governo do estado mediante o Decreto nº 144, de 8 de fevereiro de 1949, tornando-o de utilidade pública.

No que tange ao investimento financeiro para essa obra, desde o governo de Oswaldo Trigueiro, José Américo e outros governadores, foram realizadas grandes despesas. Somente na administração de Oswaldo Trigueiro foi calculada um gasto de quase 2 milhões de cruzeiros, não conseguindo esse governador concluí-lo. Ao assumir o governo, José Américo retomou os serviços da obra para sua finalização, tendo destinado quase 6 milhões de cruzeiros, perfazendo um total de 8 milhões de cruzeiros, como verificamos no seguinte trecho:

É um estabelecimento com capacidade para 3.000 alunos, tendo custado ao Estado cerca de Cr\$ 8.000.000,00. Iniciado no Governo anterior, que nele dispendeu Cr\$ 1.900.000,00, inclusive na aquisição do terreno, a sua construção estava paralizada ao assumir o atual Governo. Pelo Decreto n. 340, de novembro de 1951, foi aberto o crédito de Cr\$ 2.500.000,00, destinado ao reinício dos trabalhos, e pelos de ns. 556, de 22

de janeiro de 1953, e 537, de 16 de dezembro de 1952, os créditos de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 1.370.000,00, respectivamente, destinados à conclusão das obras e equipamento dos salões de aula, da Secretaria e da Diretoria (Jornal A UNIÃO, 1953).

As despesas com o prédio do colégio não cessaram com aqueles investimentos, uma vez que mesmo inaugurado em 1953 o colégio ficou com muitas dependências registradas no projeto arquitetônico oficial para ser concluídas. Retomando os norteamentos do projeto arquitetônico do prédio escolar, em matéria publicada no Jornal A União, de dezembro de 1948, obtivemos a seguinte especificação:

O projeto de autoria do arquiteto Hugo Azevedo Marques, está de acordo com todas as exigências técnicas, indispensáveis à construção de um edifício para aquela finalidade.

Todos os detalhes de orientação, aeração, iluminação, relação entre a área da construção e superfície dos campos de esportes e recreio, relação entre o número total de alunos e área todas das salas de aulas, dimensionamento do Ginásium e do Auditorium, das quadras de bola ao cesto, tênis e voleibol, das pistas de corrida e demais esportes atléticos, foram devidamente apreciados pelo referido arquiteto, cujas realizações na sua especialidade são uma garantia da excelência do projeto (JORNAL A UNIÃO, 1948, p. 3).

É evidente nesse fragmento da matéria jornalística a representação de quão equipado seria esse colégio para as atividades esportivas, possivelmente atendendo às orientações para a realização da Educação Física, que auxiliava na educação dos corpos, disseminando um modelo ideal de cidadão, sob os preceitos patrióticos (VAGO, 1999). Além disso, observamos que o norteamento da construção do prédio para funcionamento do Colégio Estadual da Prata indicou, a partir daquela citação, atender aos princípios de arejamento da edificação e iluminação, aspectos fortemente salientados nos dispositivos legais que versaram acerca de construções de prédios escolares na República. Ainda foi destacada a preocupação de adequar o número de alunos aos respectivos espaços do prédio, como também, o aproveitamento adequado do terreno. Sabemos que essa informação foi circulada pelo jornal oficial do governo do estado. Portanto, a ideia era chamar a atenção da população e inculcar uma imagem de plena perfeição dessa iniciativa.

Todavia, nem todas essas orientações, elencadas na matéria do jornal, vieram a ser implementadas satisfatoriamente. De acordo com um relatório da Inspeção Federal, datado de 1954, o colégio apresentava uma série de problemas quanto à sua estruturação física:

Funciona o Estabelecimento em prédio próprio e em local privilegiado. Nota-se, no entanto, que foi um trabalho o de sua construção, feito às pressas, sem a necessária atenção para o fim a que se destinava. Corredores imensos, estreitos, mal ventilados, salões em descordo com as normas vigentes, escadarias deficientes, pouca facilidade de locomoção e evacuação rápida, falta de área coberta para recreio e abrigo o que não se concebe em Estabelecimento de tal ordem. Em realidade, de tal é este inconveniente que, sinceramente, não compreendemos como possa permanecer, quando da verificação para Inspeção Permanente e que se deverá efetuar em 1955 (RELATÓRIO INSPETORIA FEDERAL, 1954, p. 1).

No fragmento acima, o inspetor reprovou vários aspectos da edificação, inclusive contrapondo o que o Jornal A União tinha divulgado, a saber: a circulação de ar; largura e tamanho dos corredores; salões que não atendiam as normas do momento; escadarias com problemas; inexistência de área coberta para recreação dos estudantes. Porém, um aspecto é evidenciado de forma positiva nesse relatório, qual seja a localização.

Naquele trecho, o inspetor também denuncia a maneira apressada com a qual foi conduzida a obra do prédio do colégio, mesmo sabendo, como já destacamos que tinha levado quatro anos de construção com uma pausa no intervalo entre os anos de 1948-1953. Essa pressa resultou na inconclusão de alguns dos ambientes que se apresentaram no projeto original da edificação do prédio, publicado no ano de 1948. Nesse sentido, ficaram de fora quando do momento da inauguração, em janeiro de 1953, o auditório, a biblioteca, cantina, laboratórios, gabinete dentário e quadras de esportes, sendo esses ambientes paulatinamente construídos, ficando como responsabilidade de governos posteriores.

No ano de 1958, em mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, e publicada no Jornal A União do ano de 1958, o governador Pedro Moreno Gondim, ressaltou o seguinte como atuação de seu governo no que tange ao melhoramento do colégio: “Foi instalada a sala de história natural, a iluminação elétrica do edifício, para funcionamento do curso

noturno e acha-se em andamento a construção do auditório” (JORNAL A UNIÃO, 1958, p. 4). Portanto, observamos que esses melhoramentos em termos da construção do colégio foram acontecendo ano a ano.

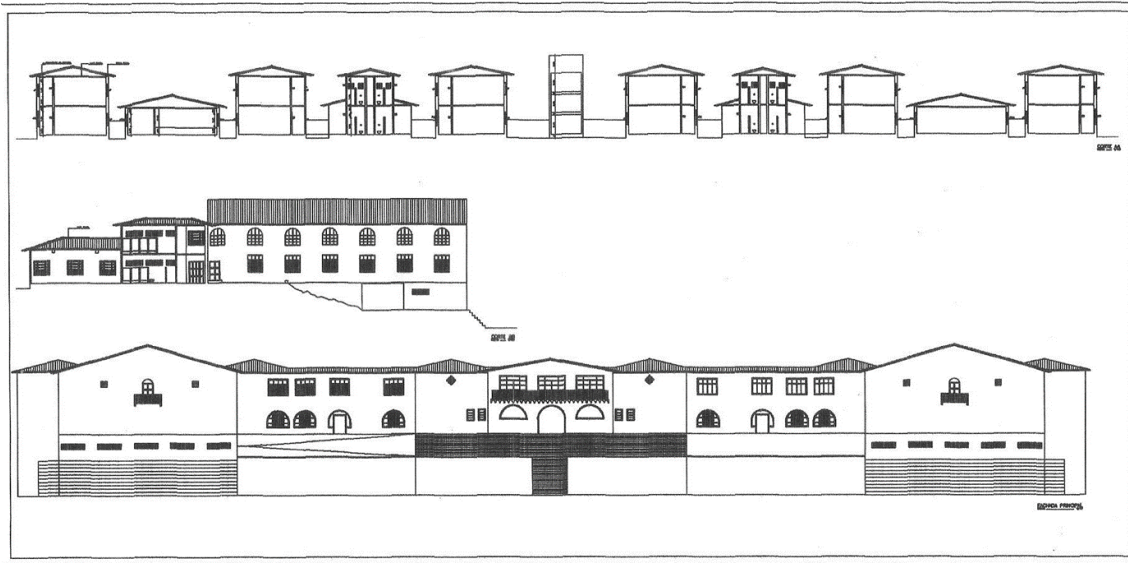
O Inspetor federal, quando visitou o colégio, não ficou apenas naquelas críticas, foram também apontadas como problemáticas as seguintes ponderações: falta de laboratórios, de sala para desenho, canto, línguas e inexistência de serviço de telefone, para ocorrências de emergências. Mesmo apontando todas essas críticas o inspetor foi bastante positivo quando se refere à mobília escolar, destacando-a como moderna, cuja aquisição juntamente com o material didático-pedagógico veio do sul do país.

Ainda sobre a arquitetura do prédio, uma matéria intitulada “Colégio Estadual de Campina Grande”, do Jornal A União, expõe que o tipo de arquitetura que predominou na edificação foi a colonial simplificada, que significa:

O colonial sem os motivos pesados dos repetidos e onerosos do colonial rígido, mas conservando em todas as suas linhas uma arquitetura definida e harmoniosa, bem mais exequível quanto ao custo unitário e sobretudo mais de acordo com as exigências de clima e insolação (JORNAL A UNIÃO, 1948, p. 3).

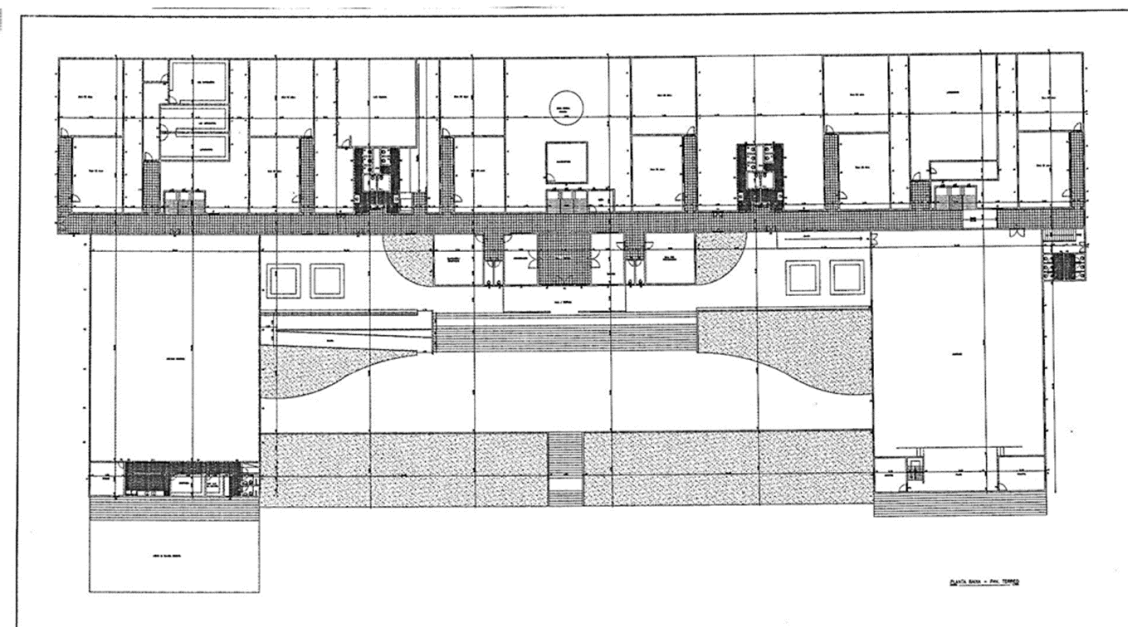
Foi um projeto arquitetônico com perspectiva progressiva, “que permite ampliação futura, sem que isso resulte em qualquer alteração da parte já existente” (JORNAL A UNIÃO, 1948, p. 3). A sua estruturação ficou organizada em dois pavimentos, um térreo e o piso superior, como podemos observar nas plantas que se seguem, conseguidas na Secretaria de Subgerência de Serviços de Acompanhamento e Manutenção de Obras do Estado da Paraíba (COTESE).

Imagem 3 – Planta fachada principal do Colégio Estadual da Prata



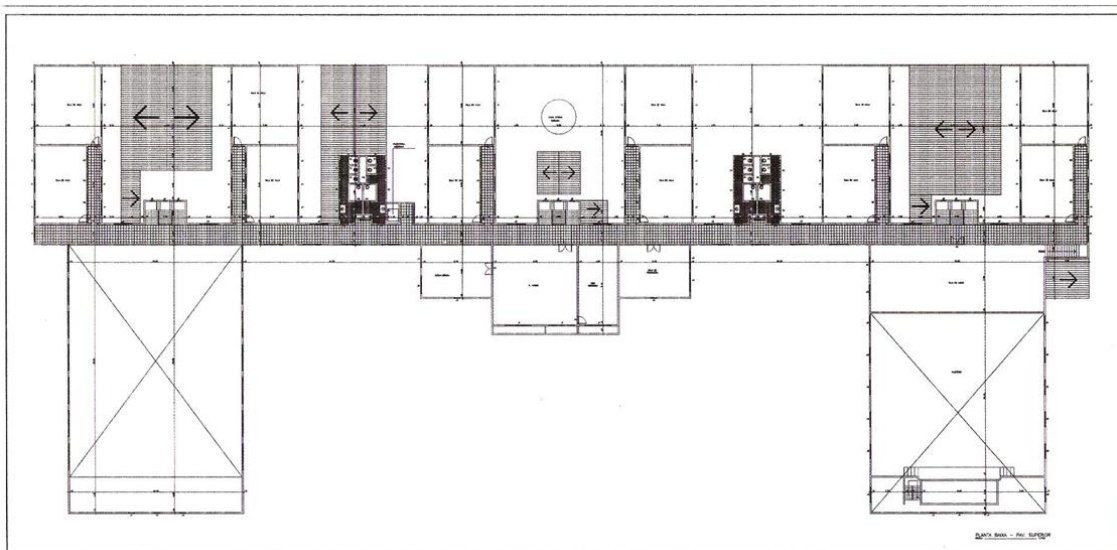
Fonte: Acervo do arquivo da Subgerência de Serviços de Acompanhamento e Manutenção de Obras do Estado da Paraíba (Cotese).

Imagem 4 – Planta baixa do pavimento térreo do Colégio Estadual da Prata



Fonte: Acervo do arquivo da Subgerência de Serviços de Acompanhamento e Manutenção de Obras do Estado da Paraíba (Cotese).

Imagem 5 – Planta baixa do pavimento superior do Colégio Estadual da Prata



Fonte: Acervo do arquivo da Subgerência de Serviços de Acompanhamento e Manutenção de Obras do Estado da Paraíba (Cotese).

Essas plantas não correspondem às originais do momento de implantação do estabelecimento educacional. Foram desenhadas pelo arquiteto Josete Claudino, integrante da equipe da Cotese, datam o ano de 2003. É possível perceber que a edificação do prédio indica uma forma de “U” de ponta-cabeça. Ademais, não se pode negar a ampla dimensão desse colégio e o seu sentido enquanto espaço que educa e empreende uma simbologia. Foram 18 salas de aulas e várias outras dependências. Para tratar do espaço escolar, partimos do entendimento de que a ação educativa escolarizada é requerente de um espaço próprio para acontecer. Segundo Viñao Frago (*apud* VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998), o ato de ensinar e o de aprender, ou seja, a educação institucionalizada necessita de um espaço adequado para se realizar e esse espaço enquanto ocupado e utilizado supõe a sua constituição enquanto lugar, uma vez que:

O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói. Constrói-se ‘a partir do fluir da vida’ e a partir do espaço como suporte; o espaço, portanto, está sempre disponível e disposto para converter-se em lugar, para ser construído (VIÑAO FRAGO *apud* VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 61).

Pensando um colégio enquanto lugar, colocamo-nos como entendedores desse lugar como uma construção social, revestido de símbolos,

signos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o constituem/constituíram e o ocupam/ocuparam. Isso significa dizer, segundo Viñao Frago (*apud* VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998), que o espaço escolar, como qualquer outro, jamais é neutro, pois este:

Foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências. Algumas mais amplas de caráter social, como a especialização ou segmentação das diversas tarefas ou funções sociais e a autonomia destas, umas em relação às demais. E outras mais específicas em relação ao âmbito educativo, como a profissionalização do trabalho docente. Da mesma maneira que para ser professor ou mestre não servia qualquer pessoa, tampouco qualquer edifício ou local servia para ser uma escola. O edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal. Alguns signos próprios. E, no fundo, recolocar as relações entre o interno e o externo, aquilo que se situa fora (VINÃO FRAGO, 1998, p. 73).

É importante ainda ressaltar, com base em Souza (1998), que como uma construção social o lugar escolar ostentou/ostenta representações políticas, intelectuais e sociais. Tornou-se verdadeira apologia a momentos de certo destaque na história da humanidade, como no período da primeira república, quando o prédio escolar se tornou símbolo de progresso e civilização, suscitando ares de modernidade para uma cidade. Como exemplificação dessa simbologia, a citada autora destaca que nas fachadas alguns dos símbolos são emblemáticos, como “a denominação atribuída ao patrono revela um tributo à memória de importantes autoridades políticas” (SOUZA, 1998, p. 134). Isso que a autora ressaltou aconteceu no Colégio Estadual da Prata, quando, posteriormente, recebeu o nome do doutor Elpídio de Almeida, representante político e médico de Campina Grande.

Comungando dos pressupostos até aqui discutidos, ressaltamos que o espaço escolar é um fértil indicador do que tem sido chamado de cultura escolar, já que a sua estruturação nos dá pistas dos processos pedagógicos que aconteciam numa dada escola. É crucial ainda destacar que, como lugar específico com características próprias, a instituição escolar “leva consigo sua convivência como território por aqueles que com ele se relacionam” (VINÃO FRAGO, 2005, p. 17). Esse território está relacionado às demarcações que compõem o lugar escolar, ou seja, a sala de aula de um grupo de

determinados discentes e seu professor, o pátio, a sala da direção, os laboratórios e outras dependências do colégio.

Nas plantas baixas dos pavimentos do colégio antes apresentadas, são expostas as salas de aulas dispostas em forma retangular. Aos nossos olhos, foram assim arranjadas para facilitar o controle do professor em relação aos seus alunos, como também, proporcionar a concentração dos estudantes em uma única extremidade, isto é, no lado onde estava o professor e o quadro-negro. Além disso, essa disposição ajuda a organização dos móveis da sala de aula, como cadeiras e mesa do professor. Segundo Souza (1998), essa configuração das salas de aulas tinha como objetivo atender o princípio da racionalidade funcional e a critérios disciplinadores. Por isso, a orientação retangular tornou-se o espaço mais apropriado para a aula.

É crucial explicitarmos que como muitas instituições de ensino, o colégio apresentava um muro que o separava da rua, evitando possíveis fugas de estudantes. Este muro foi edificado posteriormente à inauguração, quando o bairro da Prata se expandiu urbanamente.

Assim, fechamos essa discussão destacando que a organização espacial do Colégio Estadual da Prata instaurou uma nova configuração escolar em Campina Grande, marcando a memória, o patrimônio e a história educacional do estado da Paraíba. A configuração de uma instituição de ensino secundária pública ampla, considerada de qualidade, com possibilidades de matrícula de um significativo número de estudantes. Ademais, com possíveis equipamentos para um melhor desenvolvimento do ensino, o que somente era possível em escolas particulares naquela cidade até que se criou esse estabelecimento de ensino, que muito contribuiu para a formação da juventude paraibana.

Considerações finais

Nosso foco recaiu na relação do colégio com a cidade, sendo destaques aspectos de modernização e urbanização em Campina Grande, como também a ponderação referente à arquitetura do colégio e sua construção como lugar e espaço que educam. No estudo, foi ressaltado que Campina Grande se situa no Agreste Paraibano e desde os primeiros momentos do aldeamento surgido

no final do século XVII desempenhou, e desempenha até hoje, um papel estratégico na ligação do litoral ao sertão, caracterizando-se por uma intensa mobilidade da população e pelo desenvolvimento da atividade comercial, cultural e posteriormente educacional.

Conforme o estudo, observamos que foi somente a partir dos anos de 1940, que o investimento cultural foi impulsionado na cidade de Campina Grande, seguido dos anos de 1950, com implantações de instituições de ensino e pesquisa, a exemplo da Escola Politécnica (1952); da Escola Técnica de Comércio de Campina Grande; Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1952); do Colégio Estadual da Prata (1953); da Faculdade de Ciências Econômicas; da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande; da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande. Portanto, estando a fundação do colégio em foco articulada a esse momento de desenvolvimento social, cultural e educacional da história da cidade.

Em se tratando, particularmente, da edificação e arquitetura do colégio, foi emblemático o local escolhido para construção do educandário. Construiu-se o estabelecimento de ensino no bairro novo, chamado Bairro da Prata, que apresentava grande inclinação para povoação e modernização na época, sendo considerado de localização privilegiada, já que estava situado muito próximo ao centro da cidade, o que proporcionou considerável desenvolvimento ao mesmo. Atualmente, é um dos mais importantes bairros da cidade.

Quanto ao prédio do colégio, especificamente, foi uma grandiosa edificação, cujo terreno compreendeu uma área de 19.397 m². Além disso, foi possível perceber que se erigiu um valor simbólico ao prédio do Colégio Estadual da Prata, destacando-o como próprio para atividades escolares, como: apresentações musicais, teatrais e esportivas, o que provocou a imensa procura por parte dos jovens para se vincular ao estabelecimento de ensino. Vale destacar que esta procura da juventude, não garantia a matrícula imediata, uma vez que os estudantes passavam por concorrida seleção, o chamado exame de admissão, que deixava de fora muitas moças e rapazes na época estudada.

É importante destacar que tal instituição de ensino ainda segue em funcionamento no estado da Paraíba e é para a sociedade paraibana um importante patrimônio histórico-educativo que marcou e ainda marca a formação da juventude em diferentes épocas.

Referências

AGRA DO Ó, A. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades* Campina Grande (1959). Campina Grande: EDUFCCG, 2006.

BRASIL, Relatório Inspetoria Federal, 1954. [s.d.]

BENCOSTTA, M. L. A. *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CABRAL FILHO, S. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina (1930-1950)*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2007.

CÂMARA, E. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Prefeitura Municipal; Secretaria de Educação; Núcleo Cultural Português, 1998.

CARDOSO, C. A. A. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 1, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/180/189>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CAVALCANTI, S. L. O. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a campina burguesa. In: GURJÃO, E. Q. *et.al. Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande: Prefeitura de Campina Grande; Secretaria da Educação, 2000. p. 58-78.

CORREIA, A. P. P. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso – Colégio Estadual do Paraná (1943-1953). In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 220-257.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como Programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 20-55.

GONÇALVES, R. C. (org.). *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1999.

GURJÃO, E. Q. *Morte e vida das Oligarquias*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1994.

JORNAL A UNIÃO. *Colégio Estadual de Campina Grande*. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LVI, nº 288, p. 3, 1948.

JORNAL A UNIÃO. *A Solenidade de inauguração do Colégio Estadual de Campina Grande*. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXI, nº 288, p. 4, 1953.

JORNAL A UNIÃO. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba*. Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXV, nº 13, p. 4, 1958.

NASCIMENTO, R. C. G. *Disciplina e espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX*. 1997. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História (UFPE/PPGHistoria), Recife-PE, 1997.

REIS, R. M. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá, MT: Central de Texto; EdUFMT, 2006.

SALES, L. C. *O valor simbólico do prédio escolar*. Teresina, PI: EDUFPI, 2000.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In: NASCIMENTO, M. I. M. et.al. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 3-27.

SOUSA, F. G. R. B. A parahyba do Norte na passagem do século XIX para o século XX: vida urbana e modernidade. *In: SOUSA, F. G. R. B.; SOUZA, A. C. B.(orgs.). História da Paraíba – ensino médio*. Campina Grande: EDUFPG, 2007. p. 121-138.

SOUSA, F. G. R. B. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jun. 2013.

SOUZA, R. F. *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VAGO, T. M. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 19, n. 48, ago. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2013.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑAO FRAGO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

Recebido em: 15/01/2023.

Aceito em: 11/03/2023.

Vívia de Melo Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora adjunta vinculada ao Departamento de Fundamentação da Educação (DFE) do Centro de Educação (CE) da UFPB. Desenvolve pesquisas no campo da História da Educação, História das Instituições Escolares e Ensino Secundário. Integra o Grupo de Pesquisa HISTEDBR-PB e o Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES).

 viviafag@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/1129744927667502>

 <https://orcid.org/0000-0002-5476-2938>